



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI
PARECER - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - CEE

Processo nº 00011.006919/2024-63

PARECER CEE/PI Nº 004/2024

Opina pela renovação de reconhecimento, até 31 de dezembro de 2026, do Curso LICENCIATURA EM LETRAS/PORTUGUÊS, do Centro Integrado de Educação Superior – CIES, Campus “Dra. Josefina Demes”, da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, na cidade de Floriano (PI), com recomendações e determinações.

PROCESSO CEE/PI: nº 053-E/2018

INTERESSADO: Universidade Estadual do Piauí – UESPI

ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Licenciatura em Letras/Português

RELATOR: Cons. Osório Barbosa Teixeira Neto

APROVADO: 18/01/2024

I – ASPECTOS GERAIS

Em análise o Processo CEE/PI nº 053-E/2018, solicitando a renovação de reconhecimento do curso de Licenciatura em Letras/Português, ministrado no Centro Integrado de Educação Superior – CIES, Campus “Dra. Josefina Demes”, na cidade de Floriano (PI), criado pela Resolução CEPEX nº 009/2012.

O curso de Licenciatura em Letras/Português da UESPI foi autorizado pelo Decreto Estadual nº 14.208, de 14 de maio de 2010. A renovação de reconhecimento deu pela Resolução CEE/PI nº 265/2015, que aprova o Parecer CEE/PI nº 260/2015, com vigência até 31 de agosto de 2018.

O Centro Integrado de Educação Superior – CIES que funciona no Campus “Dra. Josefina Demes”, na cidade de Floriano (PI), dispõe atualmente dos seguintes cursos: Bacharelado em Ciências Contábeis, Bacharelado em Administração, Bacharelado em Direito, Bacharelado em Enfermagem e Bacharelado em Ciências da Computação; Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em História, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Letras/Português.

O presente Parecer refere-se à solicitação de renovação de reconhecimento do Curso de Licenciatura em Letras/Português, ofertado pelo referido CIES.

II – RELATÓRIO

Nos autos do Processo consta a documentação do curso e está constituído pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) – Apresentação, 1. Justificativa, 2. Contextualização do Campus Dra. Josefina Demes e do Curso de Letras/Português, 3. Aspectos Administrativos e Pedagógicos do Curso, 4. Princípios e Fundamentos Curriculares do Curso, 5. Objetivos do Curso, 6. Perfil Profissional, 7. Competências e Habilidades, 8. Estrutura Curricular, 9. Ementas, Objetivos e Bibliografia Básica, 10. Prática Pedagógica Interdisciplinar, 11. Trabalho de Conclusão do Curso – TCC, 12. Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC'S, 13. Metodologia, 14. Avaliação, 15. Monitoria, 16. Gestão do Curso, Anexos, Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional da UESPI/2016, Parecer do Conselho Estadual de Educação, Diário Oficial.

O curso oferece 40 (quarenta) vagas anuais, com carga horária de 3.330 horas aulas, com conteúdo curriculares científico-culturais (1.890 horas), prática pedagógica interdisciplinar – PPI (400 horas), atividades acadêmico-culturais – AACC (200 horas), disciplinas pedagógicas (390 horas) e estágio supervisionado obrigatório (400 horas), com prazo mínimo de 4 (quatro) anos e prazo máximo de 7 (sete) anos de integralização, constituído por 48 (quarenta e oito) disciplinas distribuídas em 08 (oito) blocos semestrais, funcionando de segunda a sábado, nos turnos manhã e noite.

O quadro docente atual é composto por 10 (dez) professores efetivos. Destes: 07 (sete) são doutores, 02 (dois) doutorandos e 01 (um) mestre; 5 (cinco) têm dedicação exclusiva, 04 (quatro) trabalham em regime integral de 40h e 01 (um) trabalha 20h. A coordenadora do curso, Prof^a. Tarcilane Fernandes da Silva, possui doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, com excelente experiência profissional de magistério superior e de gestão acadêmica.

Referindo-se ao Exame Nacional de Desempenho – ENADE o curso apresentou os seguintes conceitos: 2005 – conceito 2; 2008 – conceito 3; 2014 – conceito 1; 2017 – conceito 3 e 2021 – conceito 3 que coloca o curso num nível bom de qualificação e o habilita a continuar a oferta.

O relatório apresentado pela Comissão, após a visita de verificação, foi pautado nas três dimensões conforme preceituam o parágrafo 2º do Art. 33 da Resolução nº 10/2008 e o instrumento de Avaliação dos Cursos aprovados pelo Conselho Estadual de Educação. O relatório traz uma síntese de um longo questionário preenchido e conceitos para as dimensões analisadas, com informações que possibilitam verificar o olhar da comissão de especialistas que realizou a inspeção in loco.

Após essa análise preliminar, passamos a analisar o relatório da comissão verificadora, nomeada pela Portaria ADM/CEE/PI 023/2019, composta pelas professoras Ma. Fabiana dos Santos Sousa e Ma. Nathália Maria Lopes Dias, designando a Prof^a. Fabiana para presidir os trabalhos da comissão.

DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA:

1. A comissão considerou que o PPC contempla, de maneira insuficiente, as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. Na justificativa, pela avaliação de documentos e diálogo com docentes e coordenação do curso é satisfatório, afirmando que sempre falta alguma coisa, mas que os pontos positivos superam. Já as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa constantes no PDI estão previstas/implantadas, de maneira suficiente, no âmbito do curso;

2. O curso apresenta coerência satisfatória nos objetivos, projetando assim o perfil do egresso que a sociedade necessita;

3. A estrutura curricular contempla muito bem os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas) e articulação teoria e prática;

4. Os conteúdos curriculares articulam-se de maneira suficiente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando os aspectos: atualização, acessibilidade, adequação das

cargas horárias, adequação da bibliografia, abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnicas raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena;

5. As atividades pedagógicas apresentam boa coerência com a metodologia do curso, inclusive em relação aos aspectos referentes à acessibilidade pedagógica e atitudinal;

6. Os estágios estão previstos e regulamentados, promovem de maneira suficiente, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação. Há relação do curso com a rede de escolas da Educação Básica, com acompanhamento pelo docente da IES (orientador) nas atividades no campo da prática, ao longo do ano letivo, com vivência da realidade escolar de forma integral, incluindo participação em conselhos de classe/reunião de professores;

7. As atividades complementares estão suficientemente estabelecidas, os alunos tanto participam de eventos acadêmicos em outras instituições como os organizam. Além de estarem ativos no que concerne à participação em pesquisa e extensão. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está regulamentado/institucionalizado de maneira suficiente. A forma de apresentação é monografia. Há um seminário discente de monografia que ocorre no sétimo período;

8. As atividades de apoio ao discente estão estabelecidas e realizadas de muito bem, desde os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de acessibilidade, de atividades de nivelamento e extracurriculares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios. As ações acadêmico-administrativas, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas (avaliação do curso, ENADE, CPC e outras) no âmbito do curso, estão previstas/ implantadas de maneira suficiente;

9. As tecnologias de informação e comunicação aparecem insuficientes, há um laboratório de informática com 11 (onze) computadores para todo o Campus, que tem 999 (novecentos e noventa e nove) alunos no total. A manutenção é feita pelos próprios professores do curso, pois não há técnicos específicos para tal. Não há laboratório de ensino de Letras. E, segundo os alunos, não há internet no Campus para eles;

10. Quanto aos procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem estão implantados e proporcionam um processo de aprendizagem de maneira suficiente;

11. Quanto ao número de vagas previstas/implantadas corresponde, de maneira suficiente, a dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES;

12. As ações ou convênios que promovam integração com as escolas da educação básica das redes públicas de ensino estão previstas/implantadas com abrangência e consolidação insuficiente. Mas a coordenação comentou que existem diversas atividades no Curso que são desenvolvidas com a participação das escolas, notadamente as escolas públicas, sejam do Estado ou do Município. E que existem ainda projetos de extensão, como o PIBID e o PIBEU, cujas atividades são desenvolvidas em parceria com as escolas;

- ***Esta dimensão recebeu no cômputo geral das questões levantadas sobre o tema o Conceito Médio 0,9 (zero vírgula nove)***

DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO:

1. A IES possui NDE estruturado e institucionalizado e tem atuação muito boa, considerando, em uma análise sistêmica e global os aspectos: concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do PPC. A coordenação do curso tem boa atuação, nos aspectos: gestão do curso, relação com os docentes e discentes e representatividade nos colegiados superiores. A coordenadora trabalha nos três eixos: ensino, pesquisa e extensão;

2. Quanto ao percentual dos docentes do curso com titulação em programas de pós-graduação stricto sensu é maior ou igual a 75%, portanto, considerado excelente. O percentual de doutores do curso é maior do que 35%;

3. Há um contingente maior ou igual a 40% e menor que 60% do corpo docente previsto/efetivo, possui experiência profissional (excluídas as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 02 (dois) anos para bacharelados/licenciaturas ou 03 (três) anos para cursos superiores de tecnologia;

4. O colegiado encontra-se regulamentado e com representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registro e encaminhamentos das decisões;

5. Quanto a produção científica, cultural, artística e tecnológica, pelo menos, 50% dos docentes têm de 1 a 6 produções nos últimos 3 anos, sendo assim, considera-se suficiente.

- ***Esta dimensão recebeu no cômputo geral das questões levantadas sobre o tema o Conceito Médio 1,1 (um vírgula um).***

DIMENSÃO 3 – INSTALAÇÕES FÍSICAS:

1. A comissão afirmou no relatório que a IES que os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são insuficientes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade. Existe apenas uma sala de professores com uma mesa grande, TV, internet e café. A sala é de uso coletivo. Não há espaço individual de trabalho;

2. A coordenação do curso tem um espaço suficiente considerando os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete individual para coordenador, número de funcionários e atendimento aos alunos e professores;

3. As salas de aulas atendem suficientemente os aspectos formativos dos docentes: quantidade e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade;

4. Quanto aos laboratórios ou outros meios implantados de acesso à informática para o curso atendem, de maneira insuficiente, considerando os aspectos: quantidade de equipamentos relativo ao número total de usuários, acessibilidade, velocidade de acesso à internet, wi-fi, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico;

5. O acervo referente à bibliografia básica e complementar foi considerado insuficiente. Segundo os alunos, são poucos livros e muitos que necessitam não há na biblioteca. Não há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual;

6. Os laboratórios didáticos especializados não estão implantados ou não existem normas de funcionamento, utilização e segurança.

- ***Esta dimensão recebeu no cômputo geral das questões levantadas sobre o tema o Conceito Médio 0,5 (zero vírgula cinco)***

A comissão verificadora atribuiu parecer favorável à renovação do reconhecimento do curso, atribuindo-lhe o Conceito Final 2,5 (dois vírgula cinco) ao curso, somatório entre as três dimensões analisadas, em uma escala que vai de 1 a 5, de acordo com a Nota Técnica nº 01/2019.

III – CONCLUSÃO E VOTO DO RELATOR:

Em face ao exposto e baseado nas informações contidas nos autos do Processo e no Relatório de Inspeção da Comissão Verificadora, encaminho ao plenário voto nos seguintes termos:

1. Autorizar a renovação de reconhecimento do Curso Licenciatura em Letras/Português até 31 de dezembro de 2026;

2. Recomendar:

a) Que a Administração Superior da IES busque estratégias e aquisição de tecnologias de informação e comunicação no processo ensino-aprendizagem, possibilitando acessibilidade à rede de internet para todos, bem como nos laboratórios de informática;

b) Que a IES melhore, com urgência, os espaços adequados para gabinetes individuais de professores, com instalação de uma rede de acesso à internet para discentes e docentes;

c) Que a IES atualize o acervo bibliográfico, pois possui menos de títulos por unidade curricular. E fazer assinatura de periódicos próprios para o curso;

d) Que a IES busque estratégias para implantação de laboratórios didáticos especializados, com normas de funcionamento, utilização e segurança para o curso.

e) Melhorar o conceito do curso em algumas dimensões analisadas pela Comissão Verificadora, como verifica-se acima nas dimensões 1 (Organização Didático-Pedagógica) e 3 (Instalações físicas). Em muitos itens ficou com resultado insuficiente, alcançando assim o conceito final de 2,5 (dois vírgula cinco), isto é, metade da escala (de 1 a 5). Certamente, por esse fato, o último Parecer Nº 260/2015 teve vigência de apenas 03 (três) anos, o que será repetido novamente.

3. Determinar que no prazo de 90 (noventa) dias apresente a este Conselho:

a) Demonstração dos resultados das autoavaliações realizadas pela CPA, como também a periodicidade de reuniões, registro e encaminhamentos de decisões do Colegiado do curso;

b) Como se comporta, no PPC, a relação teoria e prática capaz de revelar a qualidade na formação do licenciado em Letras/Português, sugerindo à coordenação guardar os relatórios para uma melhor e necessária observação deste item avaliado;

4. Advertir que o não cumprimento do exposto nas determinações poderá acarretar na suspensão do ato autorizativo.

IV – DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO:

A comissão constituída pela Portaria ADM/CEE/PI nº 109/2023, tendo analisado o parecer do relator, no seu inteiro teor, reconhecendo-o como seu, submete-o à decisão do Conselho Pleno.

Este é o parecer e o voto, s.m.j.

Sala das Sessões Plenárias “PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO” do Conselho Estadual de Educação do Piauí, em Teresina, 18 de janeiro de 2024.

Cons. Osório Barbosa Teixeira Neto – Relator.

Cons. Acácio Salvador Vêras e Silva

Cons. Carlos Alberto Pereira da Silva

Consª Conceição de Maria da Silva Bugyja Britto

Cons. Francisco Guedes Alcoforado Filho

Consª Viviane Fernandes Faria

O Plenário do Conselho Estadual de Educação do Piauí aprovou por unanimidade o parecer da comissão.

Cons. Carlos Alberto Pereira da Silva.

Presidente do CEE/PI



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA - Matr.0085954-X, Conselheiro**, em 05/02/2024, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **OSORIO BARBOSA TEIXEIRA NETO - Matr.722051, Conselheiro(a)**, em 08/02/2024, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **CONCEIÇÃO DE MARIA DA SILVA BUGYJA BRITTO - Matr.895969, Conselheira**, em 14/02/2024, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO - Matr.269778, Conselheiro**, em 19/02/2024, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ACÁCIO SALVADOR VÉRAS E SILVA - Matr.3111555, Conselheiro(a)**, em 19/02/2024, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **VIVIANE FERNADES FARIA - Matr.311153-9, Conselheiro(a)**, em 20/02/2024, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **010975970** e o código CRC **376CA1C4**.